



A pesquisa delineando políticas da/na/com escola e educação

Neste segundo número da revista ETD – Educação Temática Digital, agrupamos um conjunto de textos, recebidos por demanda espontânea, e que abordam, sob diferentes perspectivas teóricas, metodológicas e analítico-interpretativas, os modos de se fazer pesquisa em educação, a partir de formas plurais de interação entre sujeitos e objetos. O texto publicado na seção Debates recoloca o foco de atenção em alguns papéis que a pesquisa-ação tem nesse contexto.

Alguns dos artigos tratam de temas cujas interfaces com a infância e a educação escolar são potentes; um outro grupo aborda diferentes relações com as linguagens, quer sejam as do cinema, as da literatura, as da educação a distância, as das culturas locais e as associadas à língua brasileira de sinais; a esse último grupo, somam-se as ideias aglutinadas em um ensaio. Um último grupo de textos traz contribuições para o debate sobre o campo de estudos curriculares, tanto em suas dimensões disciplinares quanto da constituição dos sujeitos.

Os artigos publicados neste número da revista reposicionam a escola, e a educação em sentido mais amplo, trazendo contribuições para a concepção de que ela é um dos mais importantes espaços institucionais na construção de quem somos em um processo pautado pela fragmentação identitária. Ou seja, a escola participa das relações de poder que produzem formas de ver e imaginar, que são a elas articuladas e podem ser por elas contestadas. Isso é bastante evidente em estudos que se referenciam em teorias sobre e da linguagem. Também está evidente em vários movimentos contemporâneos que requerem da escola a ausência de ideologia, política e responsabilidade social frente às desigualdades.

A entrada no universo de alguns tipos de pesquisa contribuirá para estendermos essa compreensão da participação da escola em tais relações de poder. Entre as pesquisas realizadas nas universidades brasileiras que buscam compreender dinâmicas, processos e acontecimentos que povoam o cotidiano das escolas — em especial públicas — há um conjunto considerável de fatos relatados nos quais a *força da violência* é potente para se mostrar a *humanidade* que percorre a escola: são registros em que as palavras ‘medo’,

‘horror’, ‘preconceito’, ‘harmonia’, ‘superação de conflitos’, ‘objetivos comuns’ e ‘educação igual para todos’ aparecem frequentemente.

Esses relatos são uma forma interessante de adentrar no universo cultural da escola e de procurar conhecer alguns sentidos que, muitas vezes, persistem ao longo de já há algum tempo e que geram explicações sobre a dinâmica dos processos educativos na escola. Esses relatos participam da constituição de formas de olhar para a realidade que conferem a ela características de normalidade. Em outras palavras, parece que as coisas sempre foram assim, a história não muda, e a escola para ‘efetivamente ser o que ela deve ser’ precisaria, entre tantos aspectos, gerar transformações na/no professora/professor e na/no aluna/aluno.

Pois bem, e ainda há os que pensam que a escola é ‘apenas’ um local em que se ensinam conhecimentos, atitudes e valores... E é mais reconhecidamente nessas práticas que a professora/o professor é chamada/o a ocupar um lugar como profissional responsável e conseqüente. Olhar para o trabalho docente como participante do jogo de constituição das identidades e diferenças de estudantes é o convite que nos fazem muitos dos artigos publicados neste número da revista ETD.

Não é raro que o que destaquei acima como a *força da violência* que expressa a *humanidade* que habita a escola seja objeto de várias críticas, de posicionamentos combativos e de considerações quanto à necessidade de sua superação. E isso é verdadeiro se considerarmos que, em todo ato educativo que vise ao encontro plural, múltiplo e significativo entre as experiências de estudantes, professoras/es e as demais dimensões das culturas, deva ser buscada sempre a atenção ética e política que garanta a liberdade de existência das pessoas.

Entretanto, de acordo com algumas análises teóricas da pesquisa em educação, a escola, como instituição que participa da construção do projeto de *humanidade*, tem realizado seu trabalho pensando o sujeito ‘humano’ a partir de identidades que são, ora essencializadas, ora marcadas pelo binarismo e pela oposição. Nessa perspectiva, pode-se entender que a escola tem o compromisso de criar o sujeito ‘mais humano possível’, por exemplo, nomeando-o de cidadão, em contraposição ao bárbaro, ou ao consumista ou ao alienado.

É também no âmbito das pesquisas acadêmicas na área de educação, notadamente nas que se filiam ao campo dos estudos culturais, que aprendemos que as diferenças não estão localizadas nos sujeitos definidos como ‘os diferentes’, mas na relação discursiva entre os que os nomeiam diferentes, entre eles mesmos e com a própria nomeação. É possível depreender dessas pesquisas a necessidade de se olhar para a diversidade escolar registrada

pelas/nas práticas cotidianas como representações produzidas e produtoras de práticas sociais e, assim, também de inclusões e exclusões sociais. Um modo de ver que não é natural, mas que é construído na cultura.

A dimensão da identidade ‘humano’, cuja significação é variada dependendo dos contextos, da argumentação e da articulação (sempre entre as diferenças), é pensada como produzida por relações de poder, em que os aspectos econômicos, sociais e políticos, embora sejam importantes, não explicam de forma total, homogênea e universal os acontecimentos. Ou seja, para além dos determinantes sociais, econômicos e de classe, a educação escolar opera no jogo entre identidades e diferenças em um caminho que indica que a homogeneização não é a tônica mais evidente. Algumas perguntas são lançadas em busca de uma análise crítica dos fatos, e não é pouco comum que se questione ‘se os professores não percebem isso’ ou ‘se estão tão cooptados e concordando com essa lógica da escola, que são dela cúmplices’.

Insistir nesses tipos de questionamento parece ser pouco produtivo, se considerarmos que tais discursos, que impelem o professor e a professora a assumirem um determinado lugar (no caso, de ingenuidade ou de culpa), têm seus respectivos contextos (visões de mundo, normas e valores, histórias, aspectos sociais) diversos, complexos e hierárquicos. Insistir nesses tipos de questionamento é continuar pensando que há uma questão ‘central’, ‘principal’ ou ‘fundamental’.

Respostas a tal questionamento são encontradas, neste número da revista ETD, em multiplicidades.

Por fim, gostaria de comunicar que a revista ETD passou, em 2016, a publicar quatro números por ano. Esse movimento vai ao encontro de sua consolidação como um periódico de referência na área, bem como um reflexo de toda sua história, que gradualmente passou de semestral, para quadrimestral e, agora, para trimestral. O Comitê Editorial Consultivo da revista foi renovado, ampliando as áreas de conhecimento e de experiências, o que certamente significa um ganho qualitativo para a revista. Por uma decisão coletiva dos membros do comitê, a revista abrirá, em sua agenda editorial, mais espaço para os dossiês temáticos propostos por autores e/ou pelo comitê da revista.

Antonio Carlos Amorim¹
Junho/2016

Como citar este artigo:

AMORIM, Antonio Carlos. A pesquisa delineando políticas da/na/com escola e educação. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 18, n. 2, abr./jun. 2016. ISSN 1676-2592. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8646243>>. Acesso em: 05 jul. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.20396/etd.v18i2.8646243>.

¹ Editor Científico da ETD - Educação Temática Digital - Faculdade de Educação da UNICAMP - Departamento de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte. E-mail: acamorim@unicamp.br